

GEO **FRONTER**

ISSN: 2447-9195

APRESENTAÇÃO DE DOSSIÊ TEMÁTICO A PARTICIPAÇÃO DA CHINA NA GEOECONOMIA: INVESTIMENTOS E ESTRATÉGIAS

Presentation of a thematic dossier

China's role in the geo-economy: investments and strategies

Presentación del dossier temático

La participación de China en la geoeconomía: inversiones y estrategias

Eduardo von Dentz

Universidade Federal do Ceará - UFC

A revista Geofronter apresenta, no número 1 de 2026 e na sua edição 12, publicada entre o final do outono e início do inverno de 2026, o seguinte dossiê temático: “A participação da China na geoeconomia: investimentos e estratégias”.

A publicação desse dossiê deve-se ao esforço conjunto de inúmeras pessoas. Em primeiro lugar, os agradecimentos se dirigem às pesquisadoras e responsáveis editoriais da Revista Geofronter, Ana Paula Camilo Pereira e Claudia Heloíza Conte, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, que prontamente acolheram e aceitaram a ideia de publicar um dossiê sobre China nesta revista, e realizaram um árduo trabalho de acompanhamento constante das submissões, designações de pareceristas, devolutivas e configurações para o produto final em cada artigo. Sem essa possibilidade concreta e a constante dedicação depositada sobre esse dossiê ao longo dos últimos seis meses, nada disso seria possível. Muito obrigado, revista Geofronter, por abrirem suas portas para essa temática científica no campo da Geografia. Em segundo lugar, os agradecimentos se dirigem aos pareceristas designados para avaliar os artigos submetidos, os quais se mobilizaram dentro das suas possibilidades para viabilizar a emissão dos pareceres. Foi um trabalho árduo, mas refletido na qualidade que o produto final do presente dossiê apresenta. Em terceiro lugar, mas não menos importante, os agradecimentos se dirigem aos estudantes da pós graduação em geografia de diferentes universidades do Brasil, que colocaram esforço, tempo e pesquisa em seus artigos para submeter a este dossiê. Foi um trabalho cansativo, mas importante para que tivéssemos um conjunto de análises como as que se apresentam neste dossiê temático.

É válido mencionar que em dezembro de 2024 um dossiê sobre as relações Brasil-China foi publicado na revista Entre-Lugar (<https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/issue/view/672>), da Universidade Federal da Grande Dourados. Naquele momento, em comemoração aos 50 anos das relações bilaterais entre Brasil e China, esforços foram somados para demonstrar às ciências humanas e sociais, especialmente à Geografia, a necessidade que a academia tem hoje de ampliar suas pesquisas envolvendo a China como fator chave. Neste sentido, após a publicação de 2024, o presente dossiê é a segunda publicação que tem como preocupação central as transformações econômicas, sociais, ambientais e territoriais relacionadas com o notável crescimento da importância da China no cenário geoeconômico e geopolítico mundial.

A China se tornou um dos principais agentes da nova geoeconomia mundial do século XXI e é protagonista na construção da multipolaridade como força do Sul Global. Diante disso, há uma necessidade de aprofundar os estudos sobre a China. Dessa necessidade emergiu a motivação para nascer voluntariamente a “Missão Brasil-China”, exatamente no ano em que se

comemorou os 50 anos das relações diplomáticas entre Brasil e China, formada por um conjunto de professores pesquisadores de diferentes estados do Brasil.

Neste contexto, o presente dossiê temático é uma iniciativa que ocorre no bojo de um conjunto de atividades de pesquisa, cooperação e intercâmbio entre um grupo de pesquisadores da Missão Brasil-China. Ademais, o dossiê é parte dos resultados do projeto de pesquisa “Goeconomia verde: cadeias agroalimentares e relações Brasil-China”, aprovado na Chamada Pública MCTI/CNPq nº 16/2024 – Apoio a Projetos Internacionais de Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação, coordenado pela professora Lisandra Lamoso (UFGD). No âmbito do referido projeto foi planejado a criação de uma disciplina em rede, organizada por um grupo de professores, de diferentes universidades e programas de pós graduação em Geografia do Brasil, interessados no estudo de diferentes temáticas sobre a China. A disciplina mencionada foi ofertada de forma síncrona pelos programas de pós graduação em Geografia de cinco universidades brasileiras: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Estadual do Oeste do Paraná campus Francisco Beltrão (Unioeste) e Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (Unicentro). A disciplina intitulada “Trajetória e desafios geoeconômicos da China contemporânea” teve como desfecho, no final do segundo semestre de 2025, a elaboração, pelos discentes que a cursaram, de diferentes artigos sobre a China. Após a avaliação e seleção de um conjunto de artigos, a revista Geofronter, preocupada com a divulgação científica de qualidade na Geografia e nas áreas correlatas, publica esse dossiê com a seguinte temática: “A participação da China na goeconomia: investimentos e estratégias”.

A temática apresentada aglutina um conjunto de especificidades dos artigos que se encontram no dossiê. Neste sentido, a relação de artigos apresentados se inicia com o artigo intitulado *Inovações tecnológicas e erradicação da pobreza na China: trajetória histórica e perspectiva de cooperação internacional*, de autoria de Natiele Aparecida Minusculi e Fernando dos Santos Sampaio. No artigo, os autores consideram a modernização do campo, por meio da inserção de maquinário adaptado e sistemas informacionais integrados à agricultura, como fundamental para enfrentar o desafio da superação da pobreza. Neste sentido, o modelo chinês demonstra que a tecnologia pode atuar como ferramenta chave de inclusão social, a partir de um projeto nacional de desenvolvimento fortalecido e ativo.

O segundo artigo foi escrito com o título *Pode o modelo chinês de combate à fome ajudar a solucionar as desigualdades do Matopiba?* de autoria de Carlos Dias Chaym. O autor ressalta que a região no Matopiba, no Brasil, é uma das mais produtivas do ponto de vista

agropecuário, mas ao mesmo tempo mantém desigualdades sociais marcantes. Por outro lado, a China, maior comprador dos produtos do Matopiba, combina planejamento estatal de longo prazo com políticas públicas dirigidas à construção de capacidades produtivas e redução das desigualdades. Assim, o autor sinaliza que o Brasil pode utilizar, com adaptações, elementos do modelo chinês para a construção de um desenvolvimento mais inclusivo na região do Matopiba.

O terceiro artigo é intitulado *Crescimento econômico e desigualdade social: uma análise comparativa das características do Brasil e da China*, de autoria de Rozimare Marina Rodrigues Rivas. A autora destaca que China e Brasil são países grandes em economia, território e população, além de terem implementado importantes políticas de superação da pobreza. Os resultados do artigo indicam que o Brasil apresentou relativa melhora nos indicadores sociais e de renda nos últimos anos, mas é marcado pela desigualdade social acentuada. A China, por sua vez, apresentou crescimento econômico muito expressivo após 1949 e sobretudo após as reformas de abertura de 1978, acompanhado de uma ampla ascensão social que, em grande medida, é fruto do crescimento econômico, mas principalmente da capacidade de planejamento de médio e longo prazo do Estado chinês.

Esses três primeiros artigos preenchem um bloco que discute como a experiência chinesa pode inspirar possibilidades de superação da pobreza ou de redução das desigualdades sociais.

O quarto artigo é intitulado *Cooperação China-Angola e a construção de uma rede de transporte e logística da comunidade de desenvolvimento da África Austral: o caso dos corredores ferroviários de Lobito, Namibe e Luanda*, de autoria de Garcia Neves Quitari. O autor apresenta uma análise sobre o papel da China no desenvolvimento da urbanização e principalmente das infraestruturas ferroviárias em Angola, especialmente na capital Luanda, envolvendo também corredores ferroviários de Lobito e Namibe. Para o autor, há uma diferença marcante entre a atuação da China e a atuação de potências econômicas ocidentais em Angola. Assim, ao longo da cooperação de Angola com países ocidentais hegemônicos e com a China, a cooperação com a China tem proporcionado transformações mais significativas e promovido um intenso processo de desenvolvimento urbano e de infraestruturas de transporte em Angola, especialmente nos últimos vinte anos.

O quinto artigo, de autoria de José Mateus Estevam Teotonio da Silva e Eduardo von Dentz, intitulado *Nos trilhos da soberania: ferrovias, Estado e planejamento espacial na China*, os autores discutem sobre como o planejamento estatal chinês foi determinante para criar a

consolidar uma ampla rede ferroviária na China, especialmente no que diz respeito à rede de trens de alta velocidade. Os autores demonstram no texto que o sistema ferroviário chinês é um verdadeiro instrumento de integração territorial, de fortalecimento do mercado interno e de redução das desigualdades regionais. Assim, configura-se num elemento central da soberania nacional e da projeção geoeconômica da China no mundo.

O quarto e o quinto artigo demonstram a centralidade do transporte ferroviário para o desenvolvimento nacional, a partir da possibilidade concreta de integração territorial, de redução de desigualdades regionais e de fortalecimento da mobilidade nacional, tanto de pessoas quanto de mercadorias.

O sexto artigo, de autoria de Nayara Fernandes dos Santos, Pierre Alves Costa e Sandra Lucia Videira, intitulado *Inovação como estratégia nacional: o caso do Parque Tecnológico de Zhongguancun na China*, os autores destacam os investimentos em inovação como estratégia nacional de desenvolvimento científico e tecnológico e de redução das desigualdades na China. Fica claro que a tecnologia, quando utilizada de forma estratégica e dentro de um planejamento de longo prazo comandado pelo Estado, é capaz de atuar como ferramenta de inclusão social e fortalecimento de um projeto nacional. Para concretizar a análise, os autores utilizaram o parque tecnológico chinês de Zhongguancun como exemplo de investimentos maciços em inovação e tecnologia. Os autores concluíram que os parques tecnológicos chineses se configuram em verdadeiros instrumentos das políticas estatais de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação; sendo eles decisivos para consolidar um modelo de desenvolvimento no qual inovação é peça chave do processo.

O sétimo artigo é intitulado *A estratégia chinesa de desenvolvimento do setor de veículos elétricos: política industrial, complexidade geoeconômica e liderança global*, de autoria de Leideane Lima de Oliveira e Eduardo von Dentz. Os autores apresentam alguns elementos fundamentais que levaram a China à liderança global na produção, exportação e consumo de veículos elétricos. No artigo, Leideane e Eduardo tratam essa liderança como resultado estratégico da política industrial adotada pela China desde os anos 1970. Assim, o país conseguiu manter uma política industrial robusta com maciços investimentos do Estado e do setor privado no setor de carros elétricos, o que foi fundamental para promover o desenvolvimento da indústria nacional chinesa de carros elétricos.

O sexto e o sétimo artigos se complementam no aspecto de que a inovação e o setor industrial de carros elétricos se desenvolveram em função de políticas estratégicas de desenvolvimento nacional, comandadas pelo Estado chinês.

No oitavo artigo, o autor Mateus Almeida Rodrigues escreveu sobre *A urbanização chinesa sob a perspectiva de uma "Nova economia do projetamento": Estado, planejamento e desenvolvimento*. No artigo, Mateus usa a base teórica da nova economia do projetamento como possibilidade viável de interpretação do processo de urbanização chinesa, o qual ocorreu de forma acelerada, mas planejada pelo processo de desenvolvimento do Estado chinês. Assim, o texto expressa como os mecanismos estatais de projetar o crescimento urbano foram determinantes para promover uma urbanização de forma ordenada. O artigo ressalta que a experiência chinesa de urbanização planejada configura uma alternativa ao planejamento orientado pelo e para o mercado.

O nono artigo, intitulado *Crédito, Estado e território: especificidades do sistema financeiro chinês frente ao modelo neoliberal*, de autoria de Diego Paschoal de Senna, Pierre Alves Costa e Sandra Lucia Videira; analisa a diferença entre o sistema financeiro chinês e o mercado financeiro no neoliberalismo. Os autores evidenciam que o sistema financeiro chinês opera como mecanismo de planejamento econômico e territorial, no qual o crédito é direcionado para setores produtivos estrategicamente. O crédito público concedido pelo Estado é entendido pela China como fundamental para o planejamento do território. Assim, para os autores, o crédito público chinês evidencia a centralidade do Estado na atribuição de uma função de desenvolvimento territorial como fator chave para compreender a dinâmica desenvolvimentista da China. Ao mesmo tempo, no modelo neoliberal, o crédito muitas vezes é direcionado em função de interesses de grandes grupos econômicos privados.

No décimo artigo, de autoria de José Átila Abreu de Souza e Alessandra Maria Vieira Muniz, intitulado *Mudança do perfil de investimentos chineses no Brasil e o destaque no setor energético*, os autores, com base nos relatórios do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) no período entre 2022 e 2025, buscaram identificar os padrões predominantes dos investimentos chineses no Brasil e suas metamorfoses recentes. As análises indicam que os investimentos chineses no Brasil se traduzem não apenas em interesses econômicos de curto prazo, mas em questões estratégicas ligadas à segurança energética, à sustentabilidade e à construção de infraestruturas de transporte e mobilidade urbana, que requerem projetos de médio e muitas vezes longo prazo.

O décimo primeiro artigo, intitulado *A inserção de Santa Catarina nas novas rotas econômicas do Sul Global*, escrito por Luciano Francisco Lima de Mello, chama a atenção para as relações geoeconômicas do estado brasileiro de Santa Catarina com países do Sul Global. No artigo, o autor destaca a relação do estado com a China, com a qual Santa Catarina apresenta

forte déficit comercial, apesar do grande volume de exportações, e uma dependência tecnológica da China, uma vez que importa muitos produtos de alto valor agregado, como máquinas, eletrônicos e equipamentos de última geração.

O décimo segundo artigo foi escrito por Mayra Beatriz Arruda de Souza, Simone de Sousa Viana e Alexandra Maria Oliveira, intitulado *Um olhar sobre a China a partir dos livros de Geografia com base no PNL D de 2026*. No artigo, as autoras fazem uma análise notável sobre a visão que os conteúdos dos livros didáticos de Geografia no Brasil no ano de 2026 apresentam sobre a China. Embora a análise demonstre que existem aspectos relevantes apresentados sobre a realidade chinesa, as autoras também destacam que há outros elementos que carecem de conhecimento científico mais aprofundado sobre a nova potência mundial, ao passo que a maior ênfase fica sobre países europeus e os Estados Unidos. Paralelamente, as autoras sinalizam que a expansão das parcerias comerciais e científicas entre Brasil e China tem contribuído para que o conhecimento sobre a China na realidade escolar brasileira possa ser ampliado.

O décimo terceiro artigo foi escrito por Bruno Saggiorato e Umberto de Andrade Filho, com o título *Particularidades da produção agrícola do Brasil e da China: uma análise do destino da produção agroalimentar dos dois países*. No artigo, os autores analisam a posição de destaque global na produção de alimentos tanto do Brasil quanto da China, sendo que o Brasil se destaca no potencial exportador enquanto a China, em função de possuir o maior mercado consumidor interno do mundo, se destaca na capacidade de absorção da sua própria produção e também a necessidade de importar parte dos produtos para abastecer sua população. Segundo os autores, nos últimos anos a China tem elevado sua capacidade exportadora de alimentos, especialmente para países asiáticos, sendo que o plano chinês é não apenas suprir as demandas do mercado interno, mas também aumentar as exportações em segmentos agroalimentares específicos. Tanto a China quanto o Brasil apresentaram ganhos contínuos de produtividade nos últimos anos, o que foi determinante para aumentar a produção em diferentes segmentos produtivos.

O décimo quarto artigo é intitulado *A geoeconomia do grão: relação sino-brasileira no mercado global da soja*, de autoria de Francisco Moacir de Saboia Filho e Iara Rafaela Gomes. Os autores demonstram que a soja é um produto preponderante na relação geoeconômica sino-brasileira e o Brasil cumpre um papel fundamental no fornecimento de soja para a China, especialmente após o ano 2000. Por outro lado, os autores também sinalizam para a necessidade de o Brasil repensar o alto percentual da soja na composição da pauta exportadora para a China,

de modo que se faz necessário, no médio e longo prazo, agregar valor ao produto e incrementar produtos mais sofisticados na relação comercial com a China.

O décimo quinto artigo do dossiê, de autoria de Lucas Frederico Ortiz Paniágua, intitulado *Notas sobre a lei de promoção da mecanização agrícola e o planejamento estatal chinês*, o autor destaca o papel do planejamento de Estado na China para promover uma política amplamente difundida na agricultura chinesa, de mecanização agrícola. O autor destaca que a consolidação da mecanização da agricultura chinesa ocorreu nas pequenas propriedades e recentemente avançou na agricultura de escala através dos serviços de aluguel de máquinas.

O décimo sexto artigo, de autoria de Rafael Henrique Cechin Ferreira e Fernanda Mendes Bezerra é intitulado *Consumo de categorias alimentares nas regiões administrativas da China: uma análise das disparidades entre as zonas urbanas e rurais no período de 2015 a 2024*. No artigo, os autores destacam as transformações e disparidades no consumo alimentar das trinta e uma unidades administrativas provinciais da China, considerando as diferenças entre zonas rurais e urbanas entre 2015 e 2024. Com base em cálculos, no indicador de paridade urbano-rural de consumo alimentar (IPURCA) e em agrupamentos para identificar padrões regionais de consumo; os autores indicam que apesar de a China ter passado a consumir mais alimentos, especialmente proteínas, algumas diferenças são notáveis nas áreas rurais e urbanas e nas diferentes províncias analisadas. Assim, mesmo que os padrões de alimentação tenham avançado, uma heterogeneidade regional ainda é muito presente no perfil de consumo de alimentos na China.

O décimo sétimo artigo, intitulado *Brasil e China na economia-mundo capitalista: o papel do Estado e as estratégias de desenvolvimento rural (1930-2020)*, de autoria de Laura Brand Fabrizio e Pedro Antonio Vieira, discute comparativamente sobre as trajetórias de desenvolvimento rural no Brasil e na China de 1500 até 2025, na perspectiva da economia-mundo capitalista. Os autores ressaltam que o Brasil e a China, inseridos de diferentes maneiras no sistema econômico global, seguiram trajetórias distintas, uma vez que o Brasil se consolidou como país agroexportador baseado no latifúndio, enquanto a China construiu um projeto de desenvolvimento rural apoiado na reforma agrária, desde 1949, e na organização camponesa.

Por fim, o décimo oitavo artigo, de autoria de Otávio Cascaes Montanha, intitulado *A inserção da China na cadeia produtiva de fumo brasileira: uma análise das estratégias da China Brasil Tabacos*, o autor destaca que a entrada da China no mercado de tabaco brasileiro foi determinante na reconfiguração dos preços do produto. A China passou a pagar melhor pelo tabaco e desequilibrou a competitividade com outras multinacionais do setor que atuam no

Brasil. Com isso, a China passou a ser a maior parceira comercial do Brasil na área de tabaco, estreitando as relações comerciais especialmente com o Sul do Brasil, região de maior produção de tabaco do Brasil.

Do décimo terceiro até o décimo oitavo artigo, as discussões temáticas se relacionaram em alguma medida com a questão agropecuária, o que denota a importância desse setor quando se trata de estudar as relações, especialmente comerciais, entre o Brasil e a China. Neste sentido, dos dezoito artigos que compõe este dossiê temático, seis deles, o que representa cerca de 33% dos artigos, trataram do assunto da agricultura na China ou nas relações Brasil-China de forma direta.

Este dossiê temático é mais uma das metas alcançadas pela Missão Técnica Brasil-China, que após uma primeira viagem à China em março de 2024, correu atrás de escrever projetos, concorrer a editais dos mais disputados do Brasil, aprovar projeto, desenvolver do zero uma disciplina em rede para a pós graduação em Geografia de diversas universidades do Brasil, a qual teve uma procura tão grande que nem todos que tinham interesse puderam cursar. Em decorrência dessas atividades, novamente a equipe foi à China em abril de 2026 para, desta vez, colocar em prática o que estava previsto no âmbito do projeto aprovado no CNPq e já citado no início dessa apresentação. A este grupo, eu não tenho palavras para agradecer, tanto que me arrisco a agradecer com um sincero muito obrigado. Peço a compreensão de vocês todos, que sabem o quanto cada um foi importante nesta empreitada, para agradecer sem citar nomes, pois a pior coisa é começar a nomear e depois lembrar de ter esquecido alguém.

Um grupo de pesquisadores sério não se encontra todo dia e hoje tenho a tranquilidade de poder chamá-los de amigos, com quem compartilhei um caminho de aprendizado sobre a China, com quem certamente continuarei aprendendo e trabalhando junto. É um grupo que não apenas leva a sério o trabalho entregando resultados concretos, como também sabe ser leve, ou seja, trabalhar com vocês é prazeroso porque uma vez que o objetivo é traçado, todos remam juntos em prol do mesmo objetivo. Assim, seguimos nos trilhos dos novos horizontes que se abrem e que sem sombra de dúvidas contribuem para a construção de um Brasil rico, soberano e capaz de resolver, pelas próprias mãos, os seus problemas.

AUTOR**Eduardo von Dentz**

Licenciado em Geografia (UFFS campus Chapecó-2015), mestre em Geografia (Unioeste campus F. B-2018), doutor em Geografia (UFSC-2022). Realizou estágio de pós-doutorado em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina (2023-2024). É professor, com dedicação exclusiva, nos cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado e no Programa de Pós graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É editor de seção da revista Mercator (UFC). Participa dos grupos de pesquisa da UFSC: Formação sócioespacial: progresso técnico e desenvolvimento econômico (GEOTDE) e da UERJ: Nova economia do projetamento, na linha de pesquisa sobre complexo agroindustrial. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia econômica, dinâmica produtiva da agropecuária, políticas públicas, complexos produtivos, geoeconomia e relações Brasil-China.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0280-1149>

E-mail: eduardovondentz@hotmail.com